

CONSELHO DE ARQUITETURA E  
URBANISMO DO AMAZONAS - CAU/AM

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

## CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO AMAZONAS - CAU/AM

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balancos financeiros

Balancos orçamentários

Demonstrações das variações patrimoniais

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao  
Conselho Federal e ao Conselho Diretor  
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas - CAU/AM  
Manaus - AM

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas - CAU/AM ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Amazonas - CAU/AM em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades do Setor Público (NBCASP).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. A referida norma deverá nortear toda a contabilidade pública no Brasil, em convergência as internacionalmente aceitas, incluindo os principais conceitos que orientam a seleção das bases de mensuração de ativos e passivos das Entidades do Setor Público. Os efeitos decorrentes dessa normatização devem ser aplicados às demonstrações contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por nós, o qual emitimos relatório de auditoria, em 29 de abril de 2016, com modificação na opinião em relação aos seguintes assuntos: i) fundamentação quanto à vida útil dos bens do ativo imobilizado; e ii) ausência de divulgação de determinadas informações às demonstrações contábeis. Entretanto, conforme mencionado na seção “Ênfase”, o CFC publicou a NBC TSP - Estrutura Conceitual e os efeitos devem ser aplicados pela administração do CAU/AM a partir de 1º de janeiro de 2017.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as Entidades do Setor Público (NBCASP), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 31 de março de 2017.

# CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

## Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.275.306,68</b>	<b>688.218,89</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>71.395,16</b>	<b>56.644,11</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	651.789,22	593.884,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	615.020,67	80.485,60	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	8.496,79	13.848,82	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.210,78	570,21
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	59.003,15	52.030,17
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>43.984,28</b>	<b>59.698,98</b>	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.181,23	4.043,73
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>29.540,95</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	43.984,28	59.698,98	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	107.893,97	106.923,97	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	63.909,69	47.224,99	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	29.540,95	0,00
	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>100.936,11</b>	<b>56.644,11</b>

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.218.354,85	691.273,76
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.218.354,85</b>	<b>691.273,76</b>

<b>TOTAL</b>	<b>1.319.290,96</b>	<b>747.917,87</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.319.290,96</b>	<b>747.917,87</b>
ATIVO FINANCEIRO	651.789,22	560.508,30	PASSIVO FINANCEIRO	77.059,94	4.824,69
ATIVO PERMANENTE	667.501,74	187.409,57	PASSIVO PERMANENTE	29.540,95	0,00
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>1.212.690,07</b>	<b>743.093,18</b>

## Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	574.729,28	555.683,61

# CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

## Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.041.244,91	1.045.552,84	Despesa Orçamentária	996.294,95	871.173,70
RECEITA REALIZADA	1.041.244,91	1.045.552,84	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	5.664,78	6.520,55
RECEITA CORRENTE	1.041.244,91	1.045.552,84	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	4.556,99	871.173,70
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	406.291,45	361.929,84	CREDITO EMPENHADO – PAGO	986.073,18	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	406.291,45	361.929,84	DESPEZA CORRENTE	985.103,18	
ANUIDADES	406.291,45	361.929,84	PESSOAL	591.001,19	
RECEITA DE SERVIÇOS	294.940,75	293.475,03	MATERIAL DE CONSUMO	11.681,76	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	936,18	25,52	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	77.886,62	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.674,80	2,48	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	202.947,40	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS		29,36	ENCARGOS DIVERSOS	17.988,21	
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	290.928,58	293.056,11	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.598,00	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	401,19	361,56	DESPEZA DE CAPITAL	970,00	
FINANCEIRAS	107.123,33	83.664,64	INVESTIMENTOS	970,00	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	17.330,28				
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	89.793,05	83.664,64			
MULTAS SOBRE ANUIDADES	22.355,92	27.596,85			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	67.437,13	56.067,79			
TRANSFERENCIAS CORRENTES	225.084,71	306.131,82			



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.804,67	351,51			
MULTAS DE INFRAÇÕES	7.364,16	351,51			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	440,51				
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		871.173,70
			DESPESA CORRENTE		865.040,45
			PESSOAL		534.395,57
			MATERIAL DE CONSUMO		7.594,56
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		65.691,88
			SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		172.301,89
			ENCARGOS DIVERSOS		20.777,75
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		64.278,80
			DESPESA DE CAPITAL		6.133,25
			INVESTIMENTOS		6.133,25
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	769.538,39	1.659.057,25	Pagamentos Extraorçamentários	756.583,60	1.684.469,97
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	5.664,78		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	6.520,55	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.556,99		Pagamentos de Restos a Pagar Processados		
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	95.295,52		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	92.158,02	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	664.021,10		Outros Pagamentos Extraorçamentários	657.905,03	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	593.884,47	444.918,05	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	651.789,22	593.884,47
Caixa e Equivalente de Caixa	593.884,47		Caixa e Equivalente de Caixa	651.789,22	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
<b>Total:</b>	<b>2.404.667,77</b>	<b>3.149.528,14</b>		<b>2.404.667,77</b>	<b>3.149.528,14</b>

# CAU - AM

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas

CNPJ: 14.891.387/0001-28

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

## Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.063.636,00	1.087.077,72	1.041.244,91	-45.832,81
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	425.295,00	427.392,00	406.291,45	-21.100,55
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	425.295,00	427.392,00	406.291,45	-21.100,55
ANUIDADES	425.295,00	427.392,00	406.291,45	-21.100,55
RECEITA DE SERVIÇOS	365.252,00	333.722,00	294.940,75	-38.781,25
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	0,00	0,00	936,18	936,18
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	0,00	0,00	2.674,80	2.674,80
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	365.252,00	333.722,00	290.928,58	-42.793,42
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	401,19	401,19
FINANCEIRAS	63.986,00	82.213,00	112.556,76	30.343,76
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	9.486,50	9.486,50	17.330,28	7.843,78
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	54.499,50	72.726,50	95.226,48	22.499,98
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	5.433,43	5.433,43
MULTAS SOBRE ANUIDADES	9.486,50	18.077,50	22.355,92	4.278,42
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	45.013,00	54.649,00	67.437,13	12.788,13
TRANSFERENCIAS CORRENTES	209.103,00	243.668,96	225.084,71	-18.584,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	81,76	2.371,24	2.289,48
MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	0,00	1.930,73	1.930,73
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	81,76	440,51	358,75

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA DE CAPITAL		424.304,00	537.240,00	0,00	-537.240,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		424.304,00	537.240,00	0,00	-537.240,00		
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE		424.304,00	537.240,00	0,00	-537.240,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>		<b>1.487.940,00</b>	<b>1.624.317,72</b>	<b>1.041.244,91</b>	<b>-583.072,81</b>		
<b>DÉFICIT</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>1.487.940,00</b>	<b>1.624.317,72</b>	<b>1.041.244,91</b>	<b>-583.072,81</b>		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE		1.054.285,50	1.082.727,47	995.324,95	989.660,17	985.103,18	87.402,52
PESSOAL		604.434,85	617.139,04	591.001,19	591.001,19	591.001,19	26.137,85
PESSOAL E ENCARGOS		598.629,85	602.896,79	579.661,19	579.661,19	579.661,19	23.235,60
DIÁRIAS		5.805,00	14.242,25	11.340,00	11.340,00	11.340,00	2.902,25
MATERIAL DE CONSUMO		20.597,00	20.022,00	11.681,76	11.681,76	11.681,76	8.340,24
MATERIAL DE CONSUMO		20.597,00	20.022,00	11.681,76	11.681,76	11.681,76	8.340,24
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		104.121,84	85.397,17	77.886,62	77.886,62	77.886,62	7.510,55
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS		78.579,84	67.577,17	62.496,62	62.496,62	62.496,62	5.080,55
DIÁRIAS		25.542,00	17.820,00	15.390,00	15.390,00	15.390,00	2.430,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		224.314,39	252.831,51	213.169,17	207.504,39	202.947,40	39.662,34
SERVIÇOS DE CONSULTORIA		50.002,38	54.285,44	52.143,91	48.132,83	48.132,83	2.141,53
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO		8.600,00	5.958,47	4.214,72	4.214,72	4.214,72	1.743,75
SERVIÇOS PRESTADOS		130.512,01	168.577,96	137.952,07	136.298,37	131.741,38	30.625,89
PASSAGENS		35.200,00	24.009,64	18.858,47	18.858,47	18.858,47	5.151,17
ENCARGOS DIVERSOS		17.219,25	22.580,58	17.988,21	17.988,21	17.988,21	4.592,37
ENCARGOS DIVERSOS		17.219,25	22.580,58	17.988,21	17.988,21	17.988,21	4.592,37
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		83.598,17	84.757,17	83.598,00	83.598,00	83.598,00	1.159,17

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	27.502,17	27.502,17	27.502,00	27.502,00	27.502,00	0,17
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	424.304,00	537.240,00	970,00	970,00	970,00	536.270,00
INVESTIMENTOS	424.304,00	537.240,00	970,00	970,00	970,00	536.270,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.500,00	67.240,00	970,00	970,00	970,00	66.270,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	421.804,00	470.000,00	0,00	0,00	0,00	470.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	9.350,50	4.350,25	0,00	0,00	0,00	4.350,25
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.487.940,00</b>	<b>1.624.317,72</b>	<b>996.294,95</b>	<b>990.630,17</b>	<b>986.073,18</b>	<b>628.022,77</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.949,96</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.487.940,00</b>	<b>1.624.317,72</b>	<b>1.041.244,91</b>	<b>990.630,17</b>	<b>986.073,18</b>	<b>583.072,81</b>

## Variações Patrimoniais

VARIACIONES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.575.779,98	1.118.082,69	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.048.698,89	895.967,67
CONTRIBUIÇÕES	940.826,52	434.491,77	PESSOAL E ENCARGOS	616.008,20	542.302,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	940.826,52	434.491,77	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	586.467,25	542.302,20
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	940.826,52	434.491,77	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	586.467,25	542.302,20
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	294.940,75	293.443,19	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	29.540,95	0,00
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	294.940,75	293.443,19	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	29.540,95	0,00
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	294.940,75	293.443,19	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	349.092,69	289.386,67
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	112.556,76	83.664,40	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	12.540,76	7.594,56
JUROS E ENCARGOS DE MORA	22.737,16	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	12.540,76	7.594,56
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	22.737,16	0,00	SERVIÇOS	319.148,33	265.528,52
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	89.819,60	83.664,40	DIARIAS	26.730,00	19.897,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	89.819,60	83.664,40	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	81.355,09	67.998,82
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	225.084,71	306.131,82	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	211.063,24	177.632,70
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	225.084,71	306.131,82	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	17.403,60	16.263,59
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	225.084,71	306.131,82	DEPRECIACAO	16.684,70	16.263,59
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.371,24	351,51	AMORTIZACAO	718,90	0,00
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.371,24	351,51	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	83.598,00	64.278,80
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.930,73	351,51	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	83.598,00	64.278,80
INDENIZAÇÕES	440,51	0,00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	83.598,00	64.278,80
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>1.575.779,98</b>	<b>1.118.082,69</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>1.048.698,89</b>	<b>895.967,67</b>
			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
<b>Déficit do Exercício</b>			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>527.081,09</b>	<b>222.115,02</b>
<b>Total</b>	<b>1.575.779,98</b>	<b>1.118.082,69</b>	<b>Total</b>	<b>1.575.779,98</b>	<b>1.118.082,69</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
RECEITA CORRENTE	1.041.244,91	1.045.552,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	406.291,45	361.929,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	406.291,45	361.929,84
ANUIDADES	406.291,45	361.929,84
RECEITA DE SERVIÇOS	294.940,75	293.475,03
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	936,18	25,52
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.674,80	2,48
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIFICADOS	0,00	29,36
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	290.928,58	293.056,11
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	401,19	361,56
FINANCEIRAS	107.123,33	83.664,64
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	17.330,28	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	89.793,05	83.664,64
MULTAS SOBRE ANUIDADES	22.355,92	27.596,85
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	67.437,13	56.067,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	225.084,71	306.131,82
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.804,67	351,51
MULTAS DE INFRAÇÕES	7.364,16	351,51
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	440,51	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.659.057,25
OUTROS INGRESSOS	759.316,62	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>CREDITO EMPENHADO – PAGO</b>		
DESPESA CORRENTE	985.103,18	0,00
PESSOAL	591.001,19	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	11.681,76	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	77.886,62	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	202.947,40	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	17.988,21	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	83.598,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	1.684.469,97
DESPESA CORRENTE	0,00	865.040,45
PESSOAL	0,00	534.395,57
MATERIAL DE CONSUMO	0,00	7.594,56
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	65.691,88
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	172.301,89
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	20.777,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	64.278,80
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	756.583,60	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>58.874,75</b>	<b>155.099,67</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Crédito Empenhado Pago</b>		
INVESTIMENTOS	970,00	0,00
<b>Crédito Empenhado Liquidado</b>		
INVESTIMENTOS	0,00	6.133,25
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-970,00</b>	<b>-6.133,25</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>57.904,75</b>	<b>148.966,42</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>593.884,47</b>	<b>444.918,05</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>651.789,22</b>	<b>593.884,47</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

## 1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amazonas - CAU AM, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado a Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral, Resolução CAU BR nº 033/2012.

O Conselho está localizado na Rua Carlos Lacerda, nº 105, Conjunto Celetamazon, Adrianópolis.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Presidência em 03 de fevereiro de 2017.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 08) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 09). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

## 3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

### 3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.2 Contas a receber de anuidades

As contas a receber de anuidades são inicialmente reconhecidas pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais ativos no banco de dados do CAU BR, entretanto, os valores são ajustados aos valores efetivamente realizados/arrecadados ao final do encerramento do exercício. Houve o reconhecimento conforme a normativa do CAU BR de créditos de pessoa físicas e jurídicas dos exercícios de 2012 e 2016 no valor de R\$ 615.020,67, conforme o relatório 14 e 15 do SISCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, de acordo com o artigo 30, I da Lei 12.378/10.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

Quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas de créditos, a Entidade não registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD e nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, conforme estudo do CAU BR, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do percentual de PCLD.

### 3.3 Estoques

A Entidade não possui controle e apuracidade de estoque, devido ao baixo volume de compras para material de expediente e limpeza.

### 3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

### 3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

### 3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

### 3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 9.

### 3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

### 3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

### 3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

O superávit patrimonial do exercício 2016 fechou num alto valor por motivos de reconhecimento de créditos a receber de anuidades pessoas físicas e jurídicas dos exercícios 2012 a 2016 no valor de R\$ 615.020,67, conforme o relatório 14 e 15 do SISCAU - Sistema de Informação e Comunicação do CAU. É importante ressaltar, que foi reconhecido apenas 80% dos valores a receber, conforme orientação do CAU BR.

### 3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

##### a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

##### b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	-	-
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	651.789,22	593.884,47
	<u>651.789,22</u>	<u>593.884,47</u>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicação, cujo rendimento é liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2016	2015
Contas a receber de anuidades	615.020,67	117.892,77
( - ) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	<u>615.020,67</u>	<u>117.892,77</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2016	2015
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias		
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias	615.020,67	117.892,77
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>615.020,67</u>	<u>117.892,77</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que os controles de acompanhamento da inadimplência dos relatórios 14 e 15 do sistema corporativo SICCAU só iniciaram em 2016. Dessa forma, não há histórico de apuração de percentual de PCLD, nem critérios para definir um percentual. Acredita-se que próximo exercício, haverá um comparativo dos relatórios de 2016 e 2017 para apuração do % de PCLD.

7. Estoques

Não registrado conforme Nota Explicativa 3.3

	2016	2015
Material de escritório		
Material de limpeza		
Outros materiais		
	-	-

8. Impostos a recuperar (se aplicável)

	2016	2015
Outros impostos a recuperar	5.349,86	5.465,48
	<u>5.349,86</u>	<u>5.465,48</u>
Circulante	5.349,86	5.465,48
Não circulante		
	<u>5.349,86</u>	<u>5.465,48</u>

9. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		
			2016	2015	
Veículos	36.990,00	-	26.077,95	10.912,05	17.570,25
Móveis e utensílios	16.712,00	-	5.365,60	11.346,40	12.764,21
Equipamentos de informática	33.456,00	-	23.778,02	9.677,98	15.700,33
Máquinas e Equipamentos	12.737,97	-	3.094,07	9.643,90	10.790,27
Processamento de Dados	7.998,00	-	5.593,28	2.404,72	3.843,92
Total	<u>107.893,97</u>	<u>-</u>	<u>63.908,92</u>	<u>43.985,05</u>	<u>60.668,98</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Controladora	31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2016
Veículos	36.990,00			- 26.077,95	10.912,05
Móveis e utensílios	15.742,00	970,00		- 5.365,60	11.346,40
Equipamentos de informática	33.456,00			- 23.778,25	9.677,75
Máquinas e Equipamentos	12.737,97			- 3.094,07	9.643,90
<b>Total</b>	<b>106.923,97</b>	<b>970,00</b>	<b>-</b>	<b>- 63.909,69</b>	<b>43.984,28</b>

10. Intangível

	2016	2015
Softwares	7.998,00	7.998,00
Outros intangíveis		
	<b>7.998,00</b>	<b>7.998,00</b>

11. Fornecedores a pagar

	2016	2015
Prestação de serviço	10.221,77	6.520,55
Fornecedor de materiais		
Outros fornecedores		
	<b>10.221,77</b>	<b>6.520,55</b>

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
A vencer		
Vencidos:		
Até 30 dias	10.221,77	6.520,55
De 31 a 60 dias		
De 61 a 90 dias		
De 91 a 180 dias		
	<b>10.221,77</b>	<b>6.520,55</b>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2016	2015
Salários e encargos sociais		
Provisão para férias e encargos sociais	52.030,17	59.003,15
IRRF a recolher		406,47
PIS e COFINS a recolher	3.259,17	5.827,96
Outros impostos a recolher	783,80	946,80
	<u>56.073,14</u>	<u>66.184,38</u>
Passivo circulante	762.668,92	747.917,87
Passivo não circulante		
	<u>762.668,92</u>	<u>747.917,87</u>

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade e suas controladas são parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim representadas:

	2016	2015
Trabalhistas	29.540,95	
Cíveis		
	<u>29.540,95</u>	<u>-</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2016 está demonstrada a seguir:

	2015	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2016
Tributários						-
Trabalhistas		29.540,95				29.540,95
Cíveis						-
Total	<u>-</u>	<u>29.540,95</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.540,95</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

---

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2016 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 29.540,95 decorrentes de causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

14. Partes relacionadas

A entidade em 31 de dezembro de 2016 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

A remuneração dos Conselheiros corresponde à concessão de diárias pela participação em eventos e reuniões realizados pelo CAU BR/CAU AM, sendo concedido o valor R\$ 15.390,00 (Quinze mil, trezentos e noventa reais) em 2016.

Não há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros dos órgãos colegiados

No exercício de 2016 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESTADO DO AMAZONAS - CAU AM

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais)

15. Despesas por natureza

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciação e amortização	16.684,70	16.263,59
Despesas com pessoal	647.712,38	601.008,53
Despesas com contratação de terceiros	446.356,94	337.401,88
Impostos, taxas e contribuições		
Outras receitas e despesas		
	<u>1.110.754,02</u>	<u>954.674,00</u>

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.575.779,98	1.118.082,69
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	- 1.048.698,89	- 895.967,67
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>527.081,09</u>	<u>222.115,02</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.041.244,91	1.045.552,84
(-) Despesas Empenhadas	- 996.294,95	- 877.694,25
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>44.949,96</u>	<u>167.858,59</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo Disponível Apurado	651.789,22	593.884,47
(-) Passivo Financeiro	- 77.059,94	- 56.644,11
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>574.729,28</u>	<u>537.240,36</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Em milhares de Reais)

---

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	12
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
		12

18. Relacionamento com os auditores independentes

A Entidade não contratou com seus auditores independentes outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes.

João Bosco de Lima  
 Assessor Contábil CAU AM  
 CRC-AM 007933/O-0

Jaime Kuck  
 Presidente CAU AM  
 CPF nº 238.782.740-68

Cristianne Da Silva Mâcedo  
 Gerente Geral CAU AM  
 CPF nº 763.100.002-68